## REQUERIMENTO N., DE 2023 (do Sr. Deputado Gilson Marques)

Requer revisão de despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 2.246, de 2015, de autoria do Dep. Veneziano Vital do Rego, a fim de que a Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) analise o mérito da matéria.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento do art. 139, Inciso II, alínea "a" e do art. 17, inciso II, alínea "a", combinado com o art. 32, Inciso XXVIII, alíneas "a" e "g", todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a redistribuição do Projeto de Lei nº 2.246, de 2015, que "dispõe sobre a prorrogação do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados", pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS).

## **JUSTIFICATIVA**

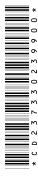
O presente projeto de lei regulamenta as obrigações de prestadoras de serviços continuados em caso de interrupção de serviço e o despacho da Mesa Diretora distribuiu a matéria para as Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação; Defesa do Consumidor; Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), com apreciação conclusiva pelas comissões.

Originalmente, o projeto visava prorrogar o prazo de pagamento das faturas de serviços continuados. Posteriormente, tanto a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) quanto a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovaram substitutivos que, além da prorrogação da fatura, também tratam de desconto / ressarcimento aos consumidores pela interrupção do serviço.

Dessa forma, como mencionado na própria ementa do Projeto de Lei e dos substitutivos aprovados na CCTI e na CDC, o presente Projeto de Lei visa regulamentar setores de prestação de serviços continuados, como energia elétrica, saneamento básico e telecomunicações, sendo todos estes essenciais para a população. Estes setores de serviços também são fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento dos demais prestadores de serviços no Brasil, tendo em vista que são transversais, sendo fornecedores de insumos essenciais para todas as cadeias de prestação de serviços.

Portanto, o PL 2246/2015 impacta diretamente os serviços continuados e indiretamente todos os demais prestadores de serviços, uma vez que





qualquer impacto normativo e regulatório nesses setores tende a afetar todos os outros setores da economia.

Diante dos impactos que o presente Projeto de Lei causará nos setores de prestação de serviços continuados e nos demais setores de serviços no Brasil, é fundamental que a presente proposta seja apreciada pela recémcriada Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), que tem previsto em seu artigo XXVIII, "A" e "G", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a prerrogativa de analisar política comercial e "matérias relativas à prestação de serviços".

Portanto, em razão do tema do projeto ser afeto a CICS, solicito a revisão do despacho dado à matéria com a finalidade de que esta tenha o mérito apreciado pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços desta Casa.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2023.

Deputado GILSON MARQUES NOVO-SC

